

Como pagar a dívida externa: um plano

PAULO LANARI DO VAL

Nos dicionários, a palavra dívida vem do latim "debitum" — aquilo que é devido e do verbo "debere" — dever.

É também definida como um dever jurídico de conteúdo patrimonial.

Entre membros de uma sociedade, o seu pagamento é considerado um dever de estrita justiça e o respeito ao cumprimento dessa obrigação proporciona uma das condições para a paz social.

O melhor será não contrair dívidas, mas quando isso é indispensável deve-se ter uma escrupulosa dignidade em saldá-las, e o mais depressa possível.

No caso do Brasil, por não ser ainda um País desenvolvido, a dívida está intimamente ligada a outro fenômeno denominado "imperialismo".

O imperialismo, como se sabe, é uma doutrina política que pode ser adotada por algumas nações desenvolvidas em relação a outras menos desenvolvidas, e essa doutrina significa um comportamento pelo qual as primeiras limitam a soberania e independência política, econômica e cultural das segundas.

Já fez parte de antigos chavões das

esquerdas, sendo atualmente um bem comportado termo técnico.

Hoje, seria injusto pensar que tudo que as nações desenvolvidas fazem para com as outras seja feito com intenção de um imperialismo econômico.

Sabe-se que a palavra economia significa etimologicamente a regra da boa administração da casa.

No sentido vulgar, o termo é sinônimo de poupança, como se diz na expressão: fazer economia.

Assim, para pagar uma dívida externa, é preciso fazer economia, e uma vez livre dessa dívida, o país ficará também livre dos imperialismos que dela podem decorrer.

No caso do Brasil, porém, devido ao enorme volume da dívida externa, que equivale a quatro anos de toda a exportação, não há condições de poupar para pagar essa volumosa dívida.

A única solução será aumentar significativamente a produção de tal forma que a dívida passe a representar, não mais o equivalente a quatro anos de exportação, mas apenas um (1) ano.

E como seria possível aumentar a produção nesse volume?

Não com recursos internos, que são

poucos, pelos quais o crescimento da produção seria muito lento; e essa dívida devemos ter a preocupação de pagá-la logo, uma vez que está impedindo o desenvolvimento.

Por outro lado, o Brasil de hoje está na situação de um grande proprietário de terras, dono de muitas matérias-primas, abrindo abundante mão-de-obra, dispondo ainda de energia elétrica, e apesar disto, em relação às dívidas, está apenas preocupado em pagar os juros que estão vencendo.

Esses elementos básicos, aliados a capitais, poderiam elevar nossas exportações a volumes nunca antes cogitados. Para esse fim, pode-se idealizar a criação de Zonas Francas de Produção com a finalidade única de exportar produtos, sendo que o resultado dessas exportações ficaria bloqueado para o pagamento da dívida. Seriam criadas vinte (20) Zonas Francas de Produção em diferentes pontos do País previamente selecionados e onde se instalariam indústrias de diferentes produtos, todas com capital estrangeiro que teriam como atrativo e incentivo, a isenção, por um período de dez (10) anos, dos impostos federais, estaduais e municipais (IPI - Imp. de Renda - ICM - ISS). Por que disseminá-las por todo o País? Por duas razões, a primeira com a finalidade de abranger todas as oportunidades de maté-

rias-primas, insumos e disponibilidade de mão-de-obra e energia elétrica; a segunda, por não ser conveniente para a soberania nacional uma concentração desse tipo de atividade.

Seriam publicados Editais Internacionais nas principais Praças no Exterior, convocando os interessados a se instalem nessas Zonas de Produção.

Paralelamente nossos credores seriam concitados a apresentarem empresas dispostas a fazerem esses investimentos.

Previamente à essa primeira providência, teria que ser feita uma pesquisa dos ramos de atividade possíveis e que pouco interferissem na atual faixa de produtos de exportação brasileira a fim de evitar superposição ao quadro exportador.

As regras do plano seriam montadas pelo Governo, ouvindo a iniciativa privada.

A execução do plano poderia ser preferencialmente uma missão desta, através de Comitês executivos montados pelos Órgãos das Classes Produtoras, onde poderia figurar um representante do Governo, para fins de inspeção. Toda a produção dessas Zonas de Produção seria exclusivamente destinada à exportação, e o respectivo resultado em moeda estrangeira acumulado em contas

especiais bloqueadas para o pagamento obrigatório da Dívida Externa.

Haveria um cronograma de exportações a ser cumprido para cada Zona de Produção, de molde a permitir que o Brasil acumulasse ponderáveis saldos os quais iriam permitir progressivas e substanciais amortizações da Dívida, a qual seria liquidada num prazo bem menor que os incentivos.

Os insumos e matérias-primas, bem como a mão-de-obra seriam todas de origem nacional; caso fosse necessária a importação parcial destes, a respectiva cobertura cambial seria por conta da própria indústria, sem avais governamentais e não acima dos limites já instituídos e vigorantes para o País em geral.

As Zonas Francas de Produção seriam instaladas em regiões de energia elétrica disponível, com mão-de-obra de certa especialização e insumos e matérias-primas possíveis de se tornarem disponíveis ou de fácil incremento de produção.

Os ramos de produção das diferentes zonas de produção seriam resultantes de uma listagem geral, desenvolvida e elaborada através de pormenorizada pesquisa no mercado internacional, com uma certa proje-

ção para os anos seguintes, sempre evitando a superposição com as faixas de exportação atuais.

Os produtos dessa lista geral seriam atribuídos a cada zona de produção, subordinados porém às características peculiares de produção de cada zona, tais como insumos e matérias-primas disponíveis, tipo de mão-de-obra disponível, e outras características.

Haveria algum arranhão na nossa soberania? Não, de maneira alguma. Como está agora sim, o País poderia a qualquer momento cair de joelhos e ficar em mãos não muito patriotas.

Deve-se também ter sempre em mente que o Japão, que é um país de pequeno território, com pouca disponibilidade de matérias-primas e pouca agricultura, e longe de tudo, acumulou em um ano (1986), saldo em divisas de cerca de noventa (90) bilhões de dólares!

O Brasil deve se sentir apto a um esforço para atingir ao menos uma meta semelhante. Se não temos um povo disciplinado como o japonês, temos em compensação um grande território, muitas matérias-primas e energia elétrica disponíveis e um povo inteligente.